

EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI E O CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CIEB): UMA CONEXÃO ESTRATÉGICA¹

Patrícia Ferreira Duarte²

Resumo

O presente trabalho problematiza o slogan da inovação na educação. A partir de um levantamento bibliográfico, identificamos que a questão remonta ao contexto de agravamento da crise do capital nas décadas de 1960 e 1970, caracterizando uma retomada da teoria do capital humano. O levantamento documental preliminar, no sítio do Ministério da Educação (MEC) e do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), indica que este tem despontado enquanto agente e referência para o projeto de educação da classe dominante para os trabalhadores do século XXI.

Palavras-chave: Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Políticas públicas. Inovação em educação.

EDUCACIÓN PARA EL SIGLO XXI Y EL CENTRO DE INNOVACIÓN PARA LA EDUCACIÓN BRASILEÑA (CIEB): UNA CONEXIÓN ESTRATÉGICA

Resumen

El presente trabajo problematiza la consigna de innovación en educación. Con base en un levantamiento bibliográfico, identificamos que la cuestión se remonta al contexto de agravamiento de la crisis del capital en las décadas de 1960 y 1970, caracterizando una reanudación de la teoría del capital humano. El relevamiento documental preliminar en el sitio web del Ministerio de Educación (MEC) y del Centro de Innovación para la Educación Brasileña (CIEB) indica que ha emergido como agente y referencia para el proyecto de educación de la clase dominante para los trabajadores en el siglo XXI.

Palabras clave: Centro de Innovación para la Educación Brasileña. Políticas públicas. Innovación en la educación.

EDUCATION FOR THE 21ST CENTURY AND THE INNOVATION CENTER FOR BRAZILIAN EDUCATION (CIEB): A STRATEGIC CONNECTION

Abstract

This article analyses the slogan of innovation in education. Based on a bibliographic survey, we identified that the issue goes back to the context of aggravation of the capital crisis in the 1960s and 1970s, characterizing a resumption of the theory of human capital. The preliminary documentary survey on the website of the Ministry of Education (MEC) and the Center for Innovation for Brazilian Education (CIEB) indicates that it has emerged as an agent and reference for the education project of the ruling class for workers in the 21st century.

Keywords: Innovation Center for Brazilian Education. Public Policy. innovation in education.

¹Artigo recebido em 19/04/2022. Primeira avaliação em 09/05/2022. Segunda avaliação em 16/05/2022. Aprovado em 07/07/2022. Publicado em 21/07/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53523>.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora EBTT dos anos iniciais do ensino fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII (UFJF). E-mail: pduarteufjf@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4833052154661970>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3468-4549>.

Introdução

As últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças no conteúdo e na forma de organização do trabalho. Segundo Neves e Sant'Anna (2005), essas transformações decorrem da conformação de um novo bloco histórico, preconizada no início do referido século com a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista. Com base nos escritos do pensador sardo Antônio Gramsci, os autores indicam como características do bloco histórico: a reprodução ampliada do capital e a expropriação crescente do trabalho e da mais-valia no plano econômico. No plano político, se estrutura uma ampliação do Estado, que além de exercer as tarefas de comando, governo e domínio, assume a função de dirigir culturalmente a classe dominada, com vias de legitimar o capitalismo como única via histórica possível.

Mészáros (2009), analisando as décadas de 1960 e 1970, aponta para a identificação de uma crise estrutural do capital. Esta se diferenciaria das demais, cíclicas, devido seu caráter universal e seu alcance global e consubstancia um aprofundamento de uma perspectiva de produção descolada das reais necessidades humanas, intensificação da destruição da natureza e da precarização do trabalho.

O contexto de crise demandou a articulação de novas estratégias de organização da produção, da sociedade política e sociedade civil (GRAMSCI, 2000). Exigiu o realinhamento do modo de ser, pensar e agir na direção do padrão de acumulação flexível (NEVES; SANT'ANNA, 2005). Observando o movimento dos países capitalistas centrais nesse período, Fernandes (2019) retoma o contexto de criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o fortalecimento das cooperações econômicas, com desígnios políticos em diversas áreas dos governos envolvidos, incluindo a educação.

Assim, a tríade produção-capital-trabalho incorporou um elemento suplementar: o capital humano. Noções como “competências” e “habilidades” foram apresentadas como sinônimo de desenvolvimento econômico. No bojo desse processo, é criado, em 1968, o Centro de Pesquisa Inovação Educacional (CERI) da OCDE, financiado pela Fundação Ford, cuja atividade se estende até os dias atuais (FERNANDES, 2019).

É interessante observar que o apelo à inovação na educação consubstancia com o período de mundialização da produção, descrito por Neves e Sant'Anna (2005),

da difusão do paradigma da acumulação flexível, da veloz introdução e difusão da microeletrônica e da informática na organização e no conjunto das relações sociais de produção. A política de criação do CERI pela OCDE, já em 1968, indica não ser recente a premissa da inovação em educação como amálgama da formação do novo homem coletivo, do novo modelo de cidadania a ser produzido pela *nova pedagogia da hegemonia*³.

No Brasil, a articulação dos pressupostos da inovação para a educação ganha relevo no processo de elaboração e promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que é citada em 5 das 20 metas do documento. Em 2015, há a criação da “Iniciativa pela Inovação e Criatividade na Educação Básica” e em 2017 a discussão ganha mais substância com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trazendo a inovação entrelaçada ao domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, competência geral 5.

Nesse panorama, ocorre a fundação do Centro de Inovação para a Educação Brasileira, o CIEB: um *pool* de empresas que se apresentam como uma organização sem fins lucrativos com objetivo de impulsionar uma transformação sistêmica na educação brasileira (BRITO e MARINS, 2020). Desde sua criação, tem desenvolvido parcerias técnicas com o Ministério da Educação (MEC), atuando ativamente no desenvolvimento de estudos e plataformas, e apoiando a criação e a execução de “programas de inovação” nas redes de ensino básico para “[...] impulsionar a qualidade, a equidade e a contemporaneidade da educação pública brasileira” (CIEB, 2015, p. 3).

O presente artigo é um desdobramento dos primeiros passos na análise das iniciativas e pressupostos do Centro de Inovação da Educação Brasileira, pesquisa desenvolvida no curso de doutorado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação e Demandas Populares (PPGEDUC/UFRRJ). O texto tem por objetivo analisar o *slogan* da inovação na educação e a incidência do mesmo no Brasil, sob a lente do materialismo histórico-dialético. Para tanto, foram elencados objetivos específicos correspondentes a cada uma das seções deste trabalho: mapear o processo de inserção de políticas, na agenda dos governos brasileiros, onde a inovação aparecera como prerrogativa; compilar as iniciativas mais destacadas pelo

³ O conceito *nova pedagogia da hegemonia* fora cunhado pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz. Para maior aprofundamento ver Neves e Sant’Anna, 2005.

CIEB, voltadas ao sistema público de educação; e apresentar algumas considerações preliminares sobre a incidência política do CIEB junto ao MEC e às escolas.

A partir de um levantamento bibliográfico acerca do tema da inovação e educação, identificamos que a questão remonta ao contexto de agravamento da crise do capital nas décadas de 1960 e 1970, e à retomada da teoria do capital humano, um dos pilares das estratégias capitalistas de dominação (LIMA; MARTINS, 2005). Na mesma esteira, o levantamento documental preliminar no sítio do Ministério da Educação (MEC) e do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) indica que este tem despontado enquanto uma das principais agências de referência para a implementação de uma “cultura da inovação” na educação pública, obtendo êxito na promoção do projeto de educação da classe dominante para os trabalhadores do século XXI.

A agenda educacional dos governos brasileiros no contexto de contrarreformas

Tavares (2019) localiza o aumento de publicações relacionando educação e inovação nas décadas de 1960 e 1970. Nesta última, são publicados inúmeros trabalhos sobre o fenômeno pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com destaque para as obras de Huberman (1973) “Comment s’opbrent les changements en éducation: contribution à l’étude de l’innovation” e Huberman e Havelock (1977) “Solving educational problem: the theory and reality of innovation in developing countries”. As obras apresentam uma preocupação no desenvolvimento de princípios e modelos experimentais. Entretanto, é na década de 1990 que a OCDE estipularia a inovação como um dos eixos estruturantes para a implementação de políticas em diferentes países.

Como país que se desenvolveu de forma dependente da economia dos países capitalistas centrais, o Brasil incorporou as orientações de diversos organismos internacionais. Na educação, a “Conferência Mundial de Educação para Todos” foi um dos grandes marcos deste processo. Cento e cinquenta e cinco governos se fizeram presentes e comprometeram-se com a premissa de uma educação básica de qualidade para jovens crianças e adultos (SHIROMA et al., 2007).

Os “E9” foram o foco por apresentarem, à época, as maiores taxas de analfabetismo no mundo: Bangladesh, Brasil, Nigéria, Paquistão, Índia, México, China, Egito, Indonésia. Na mesma esteira, se estruturaram os lemas da Comissão

Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) para a educação em 1990. Na concepção cepalina, os resultados para o desempenho no mercado de trabalho e na cidadania tendiam a convergir. A nova educação deveria ensinar para a moderna cidadania e para a competitividade, permitindo a apropriação dos códigos comuns para a modernidade, necessários para a vida pública. Vale também o destaque ao relatório Jacques Delors, onde foi manifesta a necessidade de “conciliar a competição à cooperação e solidariedade” e ajustá-los “às demandas do conhecimento científico e tecnológico” (SHIROMA et al., 2007, p. 55).

O *slogan* da “Educação para Todos” selou a subsunção das finalidades da educação às prerrogativas do capital. Essa tônica fora incorporada no Brasil, ainda que de forma incipiente, pelo governo de José Sarney em 1985 com a publicação do plano “Educação para Todos – Compromisso com a Mudança”. Partindo dos altos índices de analfabetismo no país, evasão e defasagem entre idade escolar e número de matrículas, o plano indicava como objetivo a universalização da educação básica e convocava a mobilização da sociedade em prol da qualidade de ensino (BRASIL, 1985 apud CÊA et al., 2019).

O governo Collor de Melo, apesar de ter se tornado signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, resultante da reunião de Jontien, não foi capaz de materializá-lo, tendo em vista a não deflagração de seu Plano Decenal. Seria em 1993, no governo de Itamar Franco, que ocorreria a elaboração e a aprovação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), com a chancela de organismos internacionais como a UNICEF e BM. Em meio a presença dos representantes dos nove países mais populosos do chamado Terceiro Mundo (E9) o governo brasileiro incorpora a perspectiva de garantir as necessidades básicas de aprendizagens para todos (CÊA et al., 2019).

A vitória de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) garantiu a hegemonia dos setores privatistas e conservadores. Salermo e Kubata (2008) identificam que, desde os anos 2000, iniciativas sistemáticas de apoio à inovação foram implementadas, estando estas em sintonia com as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. No plano educacional, várias regulamentações foram aprovadas na direção da reformulação do currículo em diferentes níveis de ensino, bem como da regulamentação do magistério (SHIROMA et al., 2007).

Ainda que neste período o termo inovação não apareça explicitamente ligado à educação, o alinhamento das práticas educacionais às empresariais foram apresentados como um movimento necessário de modernização, tanto nas políticas educacionais quanto nas práticas pedagógicas. O discurso presente nos documentos do CIEB, mais de uma década depois, também parte do apelo à mudança, pautado na ideia de inovação, com vistas a atingir a “qualidade total” em educação. No entanto, será preciso avaliar no decorrer da pesquisa o que é uma retomada dessa forma de mobilização discursiva, e quais elementos são especificidades geradas pela tríade inovação-tecnologia-educação.

Foram implementados fundos e programas que concorriam para uma nova lógica no financiamento da educação e a organização de uma estrutura de monitoramento e avaliação da educação: a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional de Cursos (PROVÃO) e do Censo Escolar (SHIROMA et al., 2007).

O governo Lula da Silva, por sua vez, não representou um rompimento em relação às premissas erigidas dos organismos internacionais, solidificando a questão da inovação em diferentes frentes de sua gestão. Oliveira (2011), produz um levantamento do tema na agenda dos governos brasileiros, destacando os planos jurídico, econômico e institucional, de modo que salta aos olhos o aumento do quantitativo de iniciativas nessa direção:

No plano jurídico, os principais marcos desse processo foram: a criação dos primeiros fundos setoriais, em 1999; a realização da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), em 2001;2 a Lei de Inovação, promulgada em 2004; a chamada Lei do Bem, de 2005; e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI), instituído em 2007. No plano econômico, as agências de fomento e órgãos afins dos governos federal e estaduais adotaram inúmeros programas de apoio à pesquisa visando a inovação, e envolvendo o setor empresarial, na forma de convênios, empréstimos subsidiados, financiamentos a fundo perdido, bolsas etc. No plano institucional, criaram-se entidades, tanto no setor público (por exemplo, as "agências de inovação" nas universidades), como no setor privado (na forma de associações empresariais, consultorias, ONGs etc.). Campanhas e concursos são promovidos com o intuito de instilar no público a "cultura da inovação", como, por exemplo, a Olimpíada USP de Inovação (OLIVEIRA, 2011, p. 671-672).

A lei de incentivo fiscal à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), promulgada em 2005, possibilitou o subsídio às empresas que apresentassem planos com foco em

desenvolvimento tecnológico “[...] com programas de financiamento à *inovação*, com *programas de capital empreendedor*, e com arcabouço legal propício para a *interação universidade/empresa* (PIMENTEL, 2020, grifos nossos).

Com a sanção da Lei n. 12.193/2010, Luiz Inácio designa o dia 19 de outubro como Dia Nacional da Inovação. Oliveira (2011) também destaca o entusiasmo em torno do inovacionismo à época, no contexto 4ª CNCTI, registrado em documento publicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia: “[...] o Brasil tem uma necessidade gigantesca, urgente, de *inocular inovação em todos os poros da economia*” (BRASIL, 2010, p. 35 *apud* OLIVEIRA, 2011 p. 672, grifos nossos).

O aprofundamento da noção de inovação na educação se manifesta mais explicitamente com o governo Dilma Rousseff (2011-2016) com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), onde encontramos a preocupação com a inovação pedagógica e tecnológica em 5 das 20 metas do documento. Em 2015, há a criação da “Iniciativa pela Inovação e Criatividade na Educação Básica” e em 2017 a discussão ganha mais substância com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trazendo a inovação entrelaçada ao domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, competência geral 5.

Assim, dois marcos importantes da última década na política educacional brasileira – o PNE e a BNCC – trazem traços significativos em relação ao estímulo de uma “cultura da inovação” na educação, ainda que em meio ao intervalo da aprovação de cada documento tenha ocorrido um golpe de Estado, com o impedimento de Dilma Rousseff. Na próxima sessão nos deteremos a descrever e analisar a movimentação e os pressupostos do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), agência que emerge nesse processo e intervém em prol da materialização do discurso da inovação na educação.

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira: iniciativas e colaborações na tessitura das políticas públicas

*Quando sonhamos o Brasil, sonhamos com educação.
Quando sonhamos educação, nosso caminho é a inovação.
CIEB*

Importante movimentação para estimular a “cultura da inovação” nas redes públicas brasileiras ocorre em 2016, com a fundação do Centro de Inovação para a

Educação Brasileira (CIEB). Brito e Marins (2020) caracterizam o CIEB como um *pool* de empresas, ainda que este se apresente como uma organização sem fins lucrativos. Desde sua criação, tem desenvolvido parcerias técnicas com o Ministério da Educação (MEC), atuando ativamente no desenvolvimento de estudos e plataformas, e apoiando a criação e a execução de “programas de inovação” nas redes de ensino básico para “[...] *impulsionar a qualidade, a equidade e a contemporaneidade da educação pública brasileira*” (CIEB, 2015, p. 3, grifos nossos).

O pressuposto central do CIEB, portanto, consiste na defesa da inovação como propulsora da qualidade da educação. Nesse aspecto, cabe destacar a relação do termo inovação com qualidade

Em sua primeira nota técnica, seus especialistas advogam “A importância de políticas nacionais e centros de inovação em educação” (CIEB, 2015). O estudo parte da análise do Plano Nacional de Educação (2014-2024), com o objetivo de fomentar o debate sobre a criação de um Centro de Inovação para a Educação no Brasil, e investigar como iniciativas de inovação tecnológica impulsionariam o atingimento das metas do PNE (FIGURA 1):

Figura 1- O papel da inovação para implementação das metas do PNE (2014-2024)

Os objetivos do PNE são desafiantes...	... e inovação pode trazer salto em curto período de tempo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir que os estudantes concluam etapa na idade recomendada e fomentar o aumento da qualidade (Metas 2 e 7) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistemas de gestão de aprendizagem identificam e permitem corrigir defasagem
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar taxa de matrículas no Ensino Médio (Meta 3) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino híbrido engaja e dá mais autonomia aos alunos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alfabetizar todas as crianças na idade adequada e elevar alfabetização da população adulta (Metas 5 e 9) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Objetos digitais democratizam acesso e permitem aprendizagem em qualquer lugar e a todo momento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universalizar educação básica para todos tipos de alunos, incluindo deficiência, transtornos de desenvolvimento ou superdotação (Meta 4) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plataformas adaptativas reconhecem as necessidades personalizadas de cada aluno
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expandir educação em tempo integral (Meta 6) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura maker e aprendizagem baseada em projetos promovem desenvolvimento integral
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir política de formação de professores (Meta 15) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plataformas de EAD e comunidades virtuais apoiam formação, planejamento e troca entre professores

Fonte: CIEB (2015)

Ao elencar algumas das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e caracterizá-las como desafiadoras, o documento apresenta como solução recorrente a “inovação” em diferentes frentes do trabalho educativo. Desde a gestão, passando pela alfabetização e até a formação docente: bastaria às secretarias de educação implementar estratégias adjetivadas como “inovadoras”. Para o CIEB a inovação está fortemente relacionada às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), atreladas à uma visão reducionista e gerencialista da educação.

Outrossim, o termo inovação é utilizado como incauto e exato, definindo práticas novas – que em aparência superariam as antigas – como se o problema da educação fosse a obsolescência de práticas educativas, dos professores e da escola. Questões que se arrastam ao longo da história da educação brasileira, como a erradicação do analfabetismo, seriam facilmente solucionadas com a distribuição de tablets, notebooks e aplicativos gratuitos. Mas, a “democratização” dos chamados objetos digitais seriam capazes por si só de fazer a educação “dar um salto”?

A forma com que o CIEB afirma ser o papel da inovação para o cumprimento das metas do PNE, acaba por indicar a inovação na educação como “a meta das metas”. A adoção de equipamentos (hardware), aplicativos e programas (software) permitiria o cumprimento de 8 das 20 metas do PNE em um curto período de tempo! Metas essas que englobam complexas questões como a educação especial, defasagem idade/série, índices em avaliações de larga escala e educação em tempo integral.

Em relação à meta 6, inclusive, há um equívoco na concepção de educação integral, que aparece como sinônimo de educação em tempo integral⁴. Partindo deste equívoco se desenvolve a defesa da implementação da cultura *maker*, aprendizagem em projetos como meio para promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Por fim, as plataformas EAD e comunidades virtuais correspondem à supressão das dificuldades e questões que assolam a formação de professores, consubstanciando para o cumprimento da meta 15 do PNE.

Em 2017, o CIEB não só produziu três notas técnicas sobre a inclusão do tema da tecnologia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁵, como participou das

⁴ Sobre a diferença entre educação integral e educação em tempo integral consultar Arco Verde (2003).

⁵ Para saber mais, consultar os documentos CIEB Notas Técnicas #11: “Contribuições para a inclusão do tema tecnologia na Base Nacional Comum Curricular”; CIEB Notas Técnicas #12: “Conceitos e

audiências públicas para a discussão da Base. Esta movimentação gerou a incorporação de algumas proposições referentes à tecnologia educacional e pensamento computacional, desenvolvidos pelo Centro. Outra participação de destaque foi a incorporação das dimensões propostas para o uso das tecnologias⁶ no “Programa de Inovação Educação Conectada”, lançado pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) no governo Temer e instituído pelo Decreto 9.204/23 de novembro de 2017 (GONSALES, P.; ALLODI, S, 2019).

Em 2018, contratou especialistas para elaborar propostas pedagógicas e curriculares para a implementação do eixo transversal referente às tecnologias digitais da BNCC: o “Currículo de Referência em Tecnologia” e “Computação e o Itinerário Formativo Cultura Digital” (CIEB, 2021a). Entretanto, é no ano de 2021 que o Centro de Inovação destaca a ampliação de seu alcance. Com a reabertura gradual das escolas, ainda em meio a pandemia de COVID-19, o ensino híbrido ganha força, que já vinha sendo defendido nos materiais do CIEB desde 2015, oportunizando ao Centro impulsionar seus pressupostos:

A reabertura gradual das escolas em 2021 despertou na comunidade educacional um grande interesse pelo ensino híbrido, abordagem que, na visão do CIEB em suas publicações, utiliza e integra tecnologias digitais em momentos presenciais e remotos para oferecer flexibilidade, diversificação de estratégias pedagógicas, personalização e foco nas crianças e jovens. Não por acaso, a *Nota Técnica #18: Ensino híbrido e o uso das tecnologias digitais na educação básica* foi a publicação mais baixada no site do CIEB em 2021 (CIEB, 2021b).

A ampliação de sua incidência política refletiu no aumento de sua rede. Em 2020, teve como mantenedores: Fundação Leman, Instituto Natura, Instituto Península, Itaú Social, *Omidyar Network*, Fundação Telefônica. Em 2021, ainda que o site não registre mais a parceria com a *Omidyar Network*, o Centro contou com importantes reforços: o Instituto General Motors e a Cisco. Também são absolutamente relevantes as agências que estabelecem cooperação técnica com a organização: *The Boston Consultin Group*, Conselho Nacional de Secretarias de

conteúdo de inovação e tecnologia (I&T) na BNCC” e CIEB Notas Técnicas #14: “Análise e contribuições para a proposta da BNCC-EM com foco em tecnologia e computação”.

⁶ As dimensões para o uso eficaz de tecnologias na educação propostas pelos intelectuais pela organização em questão consistiam em: a) visão estratégica; b) formação de gestores e professores; c) recursos educacionais digitais e d) infraestrutura (GONSALES, P.; ALLODI, S., 2019).

Educação (CONSED), *Digital Promise*, Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa, Porvir, bem como a representação da UNESCO no Brasil⁷.

A congregação que se formou e ganhou mais robustez ao longo dos últimos anos em torno do CIEB, demonstra não apenas um apoio desinteressado, mas a intencionalidade da classe dominante em relação à ampliação da educação como mercado, além da convergência com os pressupostos do CIEB, na defesa de uma educação pública “inovadora”, como delineado na seção a seguir.

Considerações preliminares sobre a incidência política do Centro de Inovação para a Educação Brasileira

A defesa das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como meio para atingir a qualidade na educação não é algo novo no discurso de pesquisadores da área, governos e agências nacionais e internacionais. Todavia, o advento da pandemia de COVID-19, representou um significativo salto da defesa das TICs como “soluções incontestáveis”, devido a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Sob o mote da “mitigação das desigualdades”, o mercado das Edtechs vivenciou uma expansão vertiginosa e uma “calorosa” recepção nos sistemas públicos de educação no Brasil.

O “Mapeamento Edtech 2020”⁸ demonstra o fenômeno: ao final de 2020, o país contava com 566 startups de educação ativas, crescimento de 26% em relação a 2019. Enquanto diversos setores sofreram o impacto da crise com a pandemia, 64% das startups Edtechs mantiveram ou aumentaram o faturamento, 40% aumentaram o quadro de funcionários e 89% não realizaram cortes na folha de pagamento (CIEB; ABSTARTUPS, 2021).

Por fim, mas não menos importante, o mesmo estudo também indicou que em 2020, 13% das startups com foco em educação haviam negociado com órgãos públicos. O percentual não foi maior, de acordo com o estudo, devido as dificuldades no acesso às informações sobre os editais de compra, “excesso de burocracia” e a “falta de clareza nas comunicações” (CIEB; ABSTARTUPS, 2021). Tais queixas já

⁷ A relação dos parceiros e mantenedores do centro está disponível no sítio do centro: <<https://cieb.net.br/quem-somos/#parceiros>>.

⁸ Levantamento desenvolvido pela Associação Brasileira de Startups (Abstartups) em parceria com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB).

eram apresentadas nos manuais técnicos do Centro, acompanhadas de proposições de políticas públicas.

Portanto, não se trata de coincidência a preocupação do CIEB em elaborar, no calor do lançamento da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019), uma proposta de componentes curriculares sobre tecnologia para a formação inicial de professores⁹.

O ano de 2021 não foi marcado apenas pela adesão de novos mantenedores ao CIEB. Na verdade, estas adesões indicam forte relação com a incidência política do Centro junto ao MEC. Nesse sentido, é imperioso observar com cautela o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC). Criado pelo Decreto n. 9.204, de 23 de novembro de 2017, tem como objetivo central “[...]a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (BRASIL, 2017, p. 1, grifos nossos). Ao ter em seu cerne a promoção da “cultura de inovação” por meio da adoção de tecnologias na educação, o programa demonstra estreito alinhamento com o projeto de educação defendido pelo CIEB, seus mantenedores e parceiros.

A esse respeito, é estratégica a localização dessa organização no PIEC, que cumpre a função de assessoria técnica ao programa, tendo sido responsável pela orientação da elaboração dos Planos Locais de Inovação nos estados e municípios. Ademais, Brito e Marins (2020) chamam a atenção para o fato de o CIEB ocupar duas cadeiras no comitê consultivo do PIEC: uma, referente a consultoria técnica e a outra como representante de entidade privada e organizações da sociedade civil (a segunda cadeira desta categoria é ocupada pela Fundação Lemann, uma das mantenedoras do CIEB).

Também é curioso observar o item 6.3 do Edital de Seleção n.001/2018, concernente à Chamada Pública “BNDES – Educação Conectada – Implementação e Uso de Tecnologias Digitais na Educação”:

O BNDES contará com o suporte técnico do Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB, para a execução das atividades da Chamada Pública previstas nesse Edital; para as atividades de monitoramento e avaliação; e para a implantação dos projetos selecionados, incluindo orientação para a eventual alocação dos

⁹ O documento competências digitais na formação de professores está disponível no sítio do CIEB <<https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Compete%CC%82ncias-Digitais.pdf>>.

recursos financeiros, bens e serviços captados junto aos parceiros da iniciativa privada, de acordo com o cronograma a ser definido com as redes de ensino selecionadas (BNDES, 2018, p. 7).

Ao tratar do novo empresariamento na educação, Harvey (1996) apresenta como é estratégica a conexão gerada pelas parcerias público-privadas, onde cabe ao primeiro assumir os riscos e à segunda os benefícios. Diante deste panorama, salta aos olhos que uma mesma organização hoje, acumule as funções de prestar assessoria técnica ao principal programa de inovação para a educação do governo federal e realizar o mapeamento e a orientação das Edtechs que se interessem em vender seus produtos para o MEC e para as secretarias estaduais e municipais de educação.

Outrossim, é mister a sinalização de Leher e Lamarão (2020) no tocante às tensões entre o público e o privado na educação brasileira: Para os autores, as políticas que possibilitam e/ou direcionam novas “formas de privatização” da educação convergem para uma redefinição do papel do professor. Em outras palavras, os caminhos tomados pelas políticas de financiamento da educação pública no país corroboraram para a desprofissionalização e precarização do trabalho docente.

Considerações Finais

Este artigo se propôs a reconstituir e mapear o percurso em que a ideia de inovação se insere na agenda política educacional brasileira e a relação deste processo com a criação e fortalecimento do CIEB. Ao realizar esse mapeamento, identificamos que na última década o PNE (2014-2024) e a BNCC (promulgada em 2017) constituíram-se como pilares para o aprofundamento do apelo às TICs na educação.

Entre 2016 e 2022, o Brasil sofreu mudanças importantes em relação às agendas dos governos. Vale destacar que o período chega a compreender um golpe de Estado, corroborando com a avaliação de Bianchi (2016), mas mesmo assim, em relação ao fortalecimento da tríade inovação-educação-tecnologia, observa-se uma constância em sua consolidação como modelo a ser buscado, seja na iniciativa pública ou privada.

Sob o mote da mitigação das desigualdades educacionais, o ensino híbrido e a entrada cada vez mais ampla de plataformas, aplicativos e outros produtos

tecnológicos para a educação, vem sendo indicados como sinônimo de “inovação” e de melhoria da qualidade da educação pública. Ou seja, fazer da educação cada vez mais uma bancada de negócios absolutamente lucrativa e um caminho para que os parques investimentos na área desaguem nas mãos dos investidores das Edtechs.

Aqui entendemos que o acesso à tecnologia deve ser sim um direito de todos, que a conectividade nas escolas pode ser uma possibilidade de potencializar o trabalho dos professores e professoras. Quanto mais recursos didáticos na escola, maior a autonomia do professor para desenvolver o trabalho com os conteúdos escolares, e conseqüentemente, fazer com que os filhos e filhas da classe trabalhadora exerçam o direito do acesso à educação. Mas fica a questão: inovação conectada para quem e para quê?

De início, é importante lembrar que, de acordo com a divulgação do próprio governo federal, o PIEC é muito mais que uma ação que pretende levar recursos tecnológicos e conectividade para as escolas. De acordo com o sítio do governo federal:

A Política de Inovação Educação Conectada pretende estimular o uso das ferramentas tecnológicas, definir os princípios, assegurar as ações voltadas à inclusão da inovação na prática pedagógica das escolas, capacitar os professores e demais profissionais envolvidos, bem como fomentar a produção de materiais escolares digitais gratuitos.

Queremos chamar atenção, primeiramente para o que seria “inovação na prática pedagógica”. Para olhar mais de perto, precisamos lembrar que o termo inovação é importado do léxico empresarial. Todos os problemas da educação são reduzidos a questões técnicas, e com isso criam-se dispositivos para a melhor gestão dos recursos como a comparação internacional de índices, cujo substrato são avaliações em larga escala.

É preciso compreender as diferentes facetas que o apelo à inovação pode apresentar para o trabalho educativo, tendo em vista o conteúdo político que identificamos ao localizar este *slogan* no percurso da conformação da sociabilidade do capital.

Para o CIEB, em 2021, o foco do trabalho pedagógico nas escolas deve ser as competências gerais e socioemocionais descritas na BNCC:

É hora de selecionar habilidades e competências por ano e por componente que: • sejam aprendizagens essenciais para a compreensão de conceitos mais complexos na mesma área; • sejam habilidades e competências que se conectem com outras áreas e possibilitem melhor compreensão delas; • estejam relacionadas às competências gerais (socioemocionais e competências do século 21) (CIEB, 2021a, p. 9).

O estudo dos diferentes materiais e iniciativas do Centro reforçam a defesa de que conteúdo e forma não se separam e se constituem como um exemplo completo do fenômeno da pedagogia de mercado, e do sequestro da escola (SANTOS, 2012). O mote pela inovação na educação consolida e põe em marcha a punção do fundo público e o esvaziamento da função social da escola. Esvaziamento marcado não somente pela proposição de currículos rarefeitos, mas pela proposição da centralidade do trabalho pedagógico nas competências gerais e socioemocionais. É preciso, corroborando com Accioly e Lamosa (2021), destacar o caráter repressivo/coercitivo do fomento à formação das competências socioemocionais.

Em uma conjuntura de aprofundamento da privatização da educação pública, de controle do trabalho, dos corações e mentes dos trabalhadores e trabalhadoras, o desvelamento de *slogans* como a inovação torna-se imperioso para que se possa intervir na direção da defesa do direito à educação, à liberdade de cátedra e de pensamento.

Referências

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R.. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Revista Vértice**, Campos dos Goytacazes, v.23, n.3, set./dez. 2021.

ARCO-VERDE, Y. F. S. **A arquitetura do tempo na cultura escolar**: um estudo sobre os Centros de Educação Integral de Curitiba. 2003. 212f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.204**, de 23 de novembro de 2017. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm. Acesso em 15 de abril de 2020.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Edital de Seleção nº 001/2018 (Edital retificado)**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível

em:<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/social/chamada-publicabndes-educacao-conectada>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

CÊA, G. S. S.; SILVA, S. R. P. S.; SANTOS, I. M. S. DE “EDUCAÇÃO PARA TODOS” PARA “TODOS PELA EDUCAÇÃO”. RTPS - **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, 30 jun. 2019.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS. **Mapeamento Edtech 2020** – investigação sobre as tecnologias educacionais brasileiras. São Paulo: ABSTARTUPS CIEB, 2021.

_____. **Programa de inovação conectada (PIEC)**. CIEB, 2021a. Disponível em: <<https://cieb.net.br/programa-de-inovacao-educacao-conectada-piec/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

_____. **Confira as publicações do CIEB de maior audiência em 2021**. CIEB, 2021b. Disponível em: <<https://cieb.net.br/confira-as-publicacoes-do-cieb-de-maior-audiencia-em-2021>>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. **CIEB: notas técnicas #1: A importância de políticas nacionais e centros de inovação em educação**. São Paulo: CIEB, 2015. E-book em pdf.

FERNANDES, E. F. **A Política da OCDE para a Educação Básica**: das mesas de reuniões internacionais à carteira escolar. 2019. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UnB, Brasília.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GONSALES, P.; ALLODI, S. **Design da educação conectada**: metodologia para resolução de problemas na implementação do plano de tecnologia educacional. São Paulo: CIEB, 2019.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaços e Debates**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2078563/mod_resource/content/1/Harvey_Do%20gerenciamento%20ao%20empresariamento%20%281%29.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

HAVELOCK, R.; HUBERMAN, M. **Solving educational problem: the theory and reality of innovation in developing countries**. Paris: UNESCO, 1977.

HUBERMAN, M. **Comment s'opbrent les changements en éducation: contribution à l'étude de l'innovation**. Paris: UNESCO, 1973.

LEHER, R.; LAMARÃO, M. V. M. A disputa pelos recursos educacionais e o movimento todos pela educação: antigas e novas formas de privatização. In: VIEIRA, S. V.; LAMOSA, L. (orgs.) **Todos pela Educação?** Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Appris, 2020.

LIMA, K. R. S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia no Brasil:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul., 2014.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, L. M. W. e SANT'ANNA, R. S.. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, M. B. O inovacionismo em questão. **Scientiae Studia**. 2011, v. 9, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-31662011000300011>>. Epub 27 Jan 2012. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

PIMENTEL, N.. M. A inovação como política na educação e na modalidade a distância / Innovation as a policy in education and distance mode. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/53333>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

SALERNO, M. S.; KUBOTA, L. C. Estado e inovação. In: DE NEGRI, J.A.; KUBOTA, L.C. (Org.) **Políticas de incentivo à inovação tecnológica**. Brasília: Ipea, 2008.

SHIROMA, E. O.; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TAVARES, F. G. O.. O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária. **Educação**, [S. l.], v. 44, p. e4/ 1–19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/32311>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.